

**NOTA DE ENVIO**

---

de: Secretariado

para: Convenção

---

**Assunto: Ficha de análise das propostas de alteração relativas às disposições gerais e finais:**  
**Projecto de artigos relativos à Parte III (artigos A a I)**

---

Envia-se em anexo, à atenção dos membros da Convenção, a ficha de análise das propostas de alteração aos projectos de artigos relativos à Parte III da Constituição (artigos A a I) sobre as disposições gerais e finais.

\_\_\_\_\_

**FICHA DE ANÁLISE DAS PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO RELATIVAS**  
**ÀS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS**  
**PROJECTO DE ARTIGOS A a I**

**I. ANÁLISE TEMÁTICA DAS ALTERAÇÕES – RESUMO**

Os membros da Convenção apresentaram 147 alterações a este projecto de artigos A a D (Parte III).

As questões que suscitaram maior número de alterações foram as seguintes:

1. Processo de revisão do Tratado Constitucional

As alterações apresentadas incidem nomeadamente sobre a iniciativa para propor alterações ao Tratado Constitucional, o processo de revisão do referido Tratado e a aprovação das alterações.

Quanto à iniciativa da revisão, uma grande parte das alterações solicita que seja aditada neste artigo a possibilidade de o Parlamento Europeu apresentar propostas de revisão.

No que respeita ao processo de revisão, uma parte das alterações propõe que a Conferência Intergovernamental seja preparada por uma Convenção, quer em todos os casos, quer se tal for decidido pelo Conselho Europeu, pelo Parlamento Europeu e/ ou pelo Conselho. Outras alterações defendem a manutenção do actual processo.

No que se refere à aprovação das alterações, enquanto uma grande parte dos membros propõe que as alterações sejam aprovadas ou confirmadas por uma conferência intergovernamental, outros sugerem a sua aprovação pelo Conselho Europeu, pelo Conselho após parecer ou aprovação do Parlamento Europeu ou pelo processo legislativo. Alguns propõem que o processo de revisão e/ou aprovação para a Parte II seja diferente do processo previsto para as Partes I e III.

## 2. Entrada em vigor do Tratado Constitucional

No que respeita a esta questão, as alterações divergem. Enquanto alguns propõem que a situação actual se mantenha, outros defendem a entrada em vigor a partir do momento em que seja atingido um certo limiar (3/4 dos parlamentos nacionais, 4/5 dos Estados-Membros, que representem 4/5 da população da União, 5/6 dos Estados-Membros, etc.). Outros propõem a ratificação pelo Parlamento Europeu e/ou o Conselho.

Algumas das alterações propõem a supressão da possibilidade de o Conselho Europeu decidir sobre a questão, caso um ou vários Estados-Membros tenham dificuldades em proceder à ratificação do Tratado Constitucional. Alguns membros propõem que este parágrafo passe a ser uma declaração política. Algumas alterações propõem o aditamento da possibilidade de referendo se a Constituição nacional o permitir.

Quanto ao artigo D relativo às uniões regionais, certas alterações visam alargar o âmbito de aplicação desta disposição às uniões regionais entre Estados-Membros em geral.

## **II. ANÁLISE PORMENORIZADA DAS ALTERAÇÕES POR ARTIGO**

### **Artigo A: Revogação dos Tratados anteriores**

*À data de entrada em vigor do Tratado Constitucional, são revogados o Tratado que institui a Comunidade Europeia, de 25 de Março de 1957, o Acto Único, de 17 de Fevereiro de 1986, o Tratado da União Europeia, de 7 de Fevereiro de 1992, bem como os Tratados de Amesterdão, de 2 de Outubro de 1997, e de Nice, de 26 de Fevereiro de 2001. São igualmente revogados os actos e Tratados que constam do Anexo.*

### **ANÁLISE DAS ALTERAÇÕES**

- Enumerar neste artigo os três Tratados originais – Aditar uma referência aos Tratados que os alteram, na medida em que são citados em anexo ao Tratado Constitucional.  
*Farnleitner + 3 Convencionais*
- Aditar neste artigo um parágrafo (retomado do artigo B) relativo à manutenção dos actos aprovados pelas Instituições antes da entrada em vigor do Tratado Constitucional, bem como da jurisprudência.  
*Farnleitner + 3 Convencionais*
- Aditar a revogação dos protocolos constantes de um anexo.  
*Tiilikainen + 4 Convencionais*
- Aditar Tratado Euratom.  
*Kaufmann*
- Substituir "Tratado Constitucional" por "Tratado simplificado".  
*Kirkhope*
- Colocar "à data de entrada em vigor do Tratado Constitucional" no fim da primeira frase.  
*Bonde + 4 Convencionais*
- Aditar "o Tratado Constitucional não revoga, altera ou invalida quaisquer das disposições dos acima ... desde que tais disposições não sejam reproduzidas no próximo Tratado".  
*Conde de Stockton*

## **Artigo B: Continuidade jurídica relativamente à Comunidade Europeia e à União Europeia**

*A União Europeia sucede às Comunidades Europeias e à União em todos os seus direitos e obrigações, quer sejam internos quer resultem de acordos internacionais, constituídos antes da entrada em vigor do Tratado Constitucional por força dos Tratados, protocolos e actos anteriores, incluindo a totalidade do activo e do passivo das Comunidades e da União, bem como os respectivos arquivos.*

*As disposições dos actos das Instituições da União aprovados em virtude dos Tratados e actos referidos no primeiro parágrafo permanecem em vigor na medida em que sejam compatíveis com a Constituição. A jurisprudência do Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias mantém-se enquanto fonte privilegiada de interpretação da Constituição e dos actos antes da sua entrada em vigor.*

## **ANÁLISE DAS ALTERAÇÕES**

### **Generalidades**

- Suprimir e colocar no artigo A  
*Farnleitner + 3 Convencionais*
- Substituir "União" por "Comunidade" e "Tratado Constitucional" por "Tratado simplificado".  
*Kirkhope*
- Substituir "Constituição" por "Tratado Constitucional".  
*Figel e Migas*
- Substituir "Tratado Constitucional" por "Tratado". Aditar "estabelecidas pelos Tratados referidos no artigo anterior". Chamar "União" à nova entidade criada pela Constituição e "União Europeia" à entidade actualmente existente.  
*Queiró*

### **Primeiro parágrafo**

- Aditar referência a um anexo que enumera os direitos e obrigações referidos na presente disposição.  
*de Vries et de Bruijn*
- Substituir "sucede às" por "continua as".  
*Farnleitner e outros*
- Aditar, após obrigações, a expressão "de carácter legal e político".  
*Demiralp*
- Aditar referência ao Tratado Euratom.  
*Kaufmann*

## **Segundo parágrafo**

- Aditar um parágrafo que preveja a revisão do acervo pelas direcções gerais dentro de um período de três anos após a entrada em vigor do Tratado Constitucional.  
*Heatcoat-Amory*
- Aditar que é necessário que a Convenção recomende à Conferência Intergovernamental que elabore um protocolo que contenha os actos não compatíveis com o Tratado Constitucional.  
*Kohout, Tiilikainen + 4 Convencionais*
- Suprimir a última frase sobre a jurisprudência do Tribunal de Justiça.  
*Fischer, Duhamel e Paciotti*
- Na primeira frase, suprimir "na medida em que sejam compatíveis com a Constituição".  
*Conde de Stockton*
- Aditar referência explícita ao acervo comunitário estabelecido com base nos Tratados, protocolos e actos referidos no artigo A.  
*Tiilikainen + 4 Convencionais*
- Na segunda frase, substituir "da Constituição e dos actos antes da sua entrada em vigor" por "do direito da União".  
*Lopes e Lobo Antunes*
- Na segunda frase, substituir "Constituição" por "Tratados" e aditar referência à entrada em vigor "do Tratado Constitucional".  
*Heatcoat-Amory*
- Aditar após actos "em vigor" "data da entrada em vigor do presente Tratado". Outras alterações de redacção.  
*Queiró*

## **Artigo C: Âmbito de aplicação**

1. *O Tratado Constitucional é aplicável ao Reino da Bélgica, ao Reino da Dinamarca, à República Federal da Alemanha, à República Helénica, ao Reino de Espanha, à República Francesa, à Irlanda, à República Italiana, ao Grão-Ducado do Luxemburgo, ao Reino dos Países Baixos, à República da Áustria, à República Portuguesa, à República da Finlândia, ao Reino da Suécia e ao Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte, e...*
2. *O Tratado Constitucional é aplicável aos departamentos franceses ultramarinos, aos Açores, à Madeira e às ilhas Canárias em conformidade com o artigo,... da Parte II.*
3. *O regime especial de associação definido na [Parte IV do TCE] do Tratado Constitucional é aplicável aos países e territórios ultramarinos cuja lista consta do [Anexo II do TCE].*

*O Tratado Constitucional não é aplicável aos países e territórios ultramarinos que mantenham relações especiais com o Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte não mencionados na referida lista.*

4. *O Tratado Constitucional é aplicável aos territórios europeus cujas relações externas sejam asseguradas por um Estado-Membro.*
5. *O Tratado Constitucional é aplicável às Ilhas Åland nos termos das disposições constantes do Protocolo n.º 2 do Acto relativo às Condições de Adesão da República da Áustria, da República da Finlândia e do Reino da Suécia.*
6. *Em derrogação dos números anteriores:*
  - a) *O Tratado Constitucional não é aplicável às ilhas Faroé;*
  - b) *O Tratado Constitucional não é aplicável às zonas de soberania do Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte em Chipre;*
  - c) *O Tratado Constitucional só é aplicável às ilhas anglo-normandas e à ilha de Man na medida em que tal seja necessário para assegurar a aplicação do regime previsto para essas ilhas no Tratado relativo à adesão de novos Estados-Membros à Comunidade Económica Europeia e à Comunidade Europeia da Energia Atómica, assinado em 22 de Janeiro de 1972.*

## **ANÁLISE DAS ALTERAÇÕES**

### **Generalidades**

- Suprimir e transferir este artigo para o Título X da Parte I.  
*De Villepin*
- Substituir "Tratado Constitucional" por "Tratado simplificado".  
*Kirkhope*

➤ Aditar nota de rodapé "a adaptar em conformidade com o Acto de Adesão".  
*Andriukaitis*

➤ Suprimir a palavra "Constitucional".  
*Queiró*

#### **N.º 1**

➤ Aditar "A República da Irlanda".  
*Conde de Stockton*

➤ Aditar todos os Estados candidatos.  
*Fischer*

#### **N.º 2**

➤ Aditar "e Gibraltar".  
*Conde de Stockton.*

➤ Aditar regiões da República da Finlândia e do Reino da Suécia com uma densidade populacional extremamente baixa.  
*Tiilikainen + 4 Convencionais*

#### **N.º 4**

➤ Aditar a necessidade de os povos desses territórios o aprovarem num referendo.  
*Bonde + 4 Convencionais*

#### **N.º 5**

➤ Substituir o Protocolo n.º 2 ao Acto de Adesão por um protocolo anexo ao Tratado Constitucional.  
*Tiilikainen + 4 Convencionais*



## **Artigo D: Uniões regionais**

*O Tratado Constitucional não constitui obstáculo à existência e concretização das uniões regionais entre a Bélgica e o Luxemburgo, bem como entre a Bélgica, o Luxemburgo e os Países Baixos, na medida em que os objectivos dessas uniões regionais não sejam alcançados através da aplicação do Tratado Constitucional.*

## **ANÁLISE DAS ALTERAÇÕES**

- Aditar a possibilidade da existência de uniões regionais entre os países nórdicos.  
*Bonde + 4 Convencionais*
- Generalizar a possibilidade da existência de uniões regionais entre Estados-Membros.  
*Lamassoure, Hübner*
- Aditar um artigo D-A sobre os direitos e obrigações decorrentes de acordos celebrados antes de 1 de Janeiro de 1958 ou antes da adesão de novos Estados-Membros.  
*de Vries e de Bruijn*
- Substituir "Tratado Constitucional" por "Tratado simplificado".  
*Kirkhope*
- Substituir "Tratado Constitucional" por "Constituição".  
*Lamassoure*

## **Artigo E: Protocolos**

*Os protocolos anexos ao presente Tratado fazem dele parte integrante.*

### **ANÁLISE DAS ALTERAÇÕES**<sup>1</sup>

- Aditar: "com igual valor jurídico".  
*Heatcoat-Amory*
- Substituir "protocolos" por "Actos Adicionais".  
*Duhamel, Paciotti, Berger*

---

<sup>1</sup> Nos termos de uma alteração (Van der Linden e 2 outros Convencionais, Hübner) que não propõe alterações ao texto, a Convenção deveria chamar a atenção da CIG para a necessidade imperiosa de esta analisar os protocolos existentes, a fim de determinar se alguns se tornaram obsoletos.

## **Artigo F: Processo de revisão do Tratado Constitucional**

*O Governo de qualquer Estado-Membro ou a Comissão podem submeter ao Conselho projectos de revisão do Tratado Constitucional. Esses projectos serão notificados aos parlamentos nacionais.*

*Se o Conselho, após consulta ao Parlamento Europeu e, quando for adequado, à Comissão, emitir parecer favorável à realização de uma conferência de representantes dos governos dos Estados-Membros, esta será convocada pelo Presidente do Conselho, a fim de aprovar, de comum acordo, as alterações a introduzir no Tratado Constitucional. Se se tratar de alterações institucionais no domínio monetário, será igualmente consultado o Conselho do Banco Central Europeu.*

*As alterações entrarão em vigor após ratificação por todos os Estados-Membros, de acordo com as respectivas normas constitucionais.*

## **ANÁLISE DAS ALTERAÇÕES**

### **Generalidades**

- Substituir "Tratado Constitucional " por "Tratado simplificado".  
*Kirkhope*
- Aditar um parágrafo que especifique que todas as partes do Tratado são alteradas de acordo com os mesmos procedimentos.  
*Heatcoat-Amory, Bonde*
- Substituir "Tratado Constitucional " por "Tratado" e "alterações" por "projecto de alterações".  
*Queiró*
- Substituir "Tratado Constitucional " por "Constituição". Substituir "alterações" por "alterações constitucionais".  
*Brok + 27 Convencionais*
- Incluir disposição sobre o direito de saída quando um Estado-Membro não tiver ratificado as alterações à Constituição.  
*Van Lancker*

### **Primeiro parágrafo**

- Aditar possibilidade de iniciativa de revisão pelo Parlamento Europeu.  
*Kirkhope, Kauppi, Borrel, Carnero, Andiukaitis, Lequiller, Lamassoure, Duhamel + 8 Convencionais, Meyer, Brok + 27 Convencionais, Giannakou e Stylianidis, Duff + 21 Convencionais, Fischer, Kaufmann*
- Suprimir possibilidade de iniciativa de revisão pela Comissão. Substituir a notificação aos parlamentos nacionais por "terão a possibilidade de debater a questão".  
*Heatcoat-Amory*

- Aditar possibilidade de iniciativa de revisão pelo Comité Económico e Social.  
*Lequiller*
- Aditar possibilidade de iniciativa de revisão por petição popular.  
*Lamassoure, Duhamel e 8 outros, Meyer*
- Aditar notificação dos projectos ao Parlamento Europeu ao mesmo tempo que aos parlamentos nacionais.  
*Conde de Stockton*
- Suprimir notificação aos parlamentos nacionais.  
*Brok + 27 Convencionais*
- Transmissão imediata do projecto de revisão aos parlamentos nacionais.  
*Queiró*

### **Segundo parágrafo**

- Conferência Intergovernamental. Possibilidade de a Conferência Intergovernamental ser preparada por uma Convenção convocada pelo Presidente do Conselho Europeu e composta por representantes dos parlamentos nacionais, dos Chefes de Estado e de Governo dos Estados-Membros, do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão.  
*Andriukaitis, Santer, Helminger, Fayot, Wagener, Schmidt, Haenel e Badinter, Farnleitner + 3 Convencionais, Demirap, Figel, de Villepin, Duff + 21 Convencionais, Costa e Oliveira Martins, Azevedo e Nazaré Pereira, Rupel e Lenarcic, Olesky, Fischer*
- Conferência Intergovernamental convocada pelo Presidente do Conselho confirma resultados da Convenção (1 representante de cada Governos dos Estados-Membros; 2 de cada parlamento nacional; mesmo número de representantes do Parlamento Europeu e dos parlamentos nacionais; quatro membros da Comissão) intergovernamental convocada pelo Presidente do Conselho.  
*Brok + 27 Convencionais, Giannakou e Stylianidis, Kauppi, Brejc*
- Elaboração das alterações por uma Convenção constitucional:
  - convocada pelo Conselho Europeu (após parecer do Conselho e do Parlamento Europeu), que propõe alterações que deverão ser aprovadas pelo Conselho e o Parlamento.  
*Borrell e outros; Voggenhuber e outros*
  - convocada pelo Presidente do Conselho Europeu ou, em alternativa, pelo Conselho sob proposta de um Estado-Membro ou da Comissão. Decisão do Conselho; ratificação pelo Conselho e o Parlamento Europeu.  
*Severin*
  - convocada pelo Conselho e o Parlamento Europeu. Texto aprovado pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho Europeu.
  - convocada pelo Conselho após consulta do Parlamento Europeu e, se for caso disso, da Comissão.  
*Meyer, Floch, Einem*

- Substituir a Conferência Intergovernamental por uma decisão do Conselho Europeu após parecer favorável do Parlamento Europeu.  
*Lamassoure*
- Alteração da Parte I da Constituição por uma conferência intergovernamental, que pode ser precedida por uma Convenção se o Conselho assim decidir.  
Alteração da Parte II pelo Conselho, por unanimidade, após consulta ao Parlamento Europeu. (*Kuneva*) ou por maioria "superqualificada" com a aprovação do Parlamento Europeu e de 2/3 dos parlamentos nacionais.  
*Van der Linden + 3 Convencionais*
- Revisão das Partes I e III por uma Convenção, que apresenta ao Conselho Europeu as alterações aprovadas por consenso. Os textos aprovados por unanimidade pelo Conselho Europeu são apresentados ao Parlamento Europeu, que deverá dar o seu parecer favorável. Revisão da Parte II pelo Conselho Europeu por unanimidade.  
*Zielenic*
- Revisão prévia por uma Convenção. As Partes I e III são depois aprovadas por uma conferência intergovernamental e a Parte II é aprovada pelo Conselho após consulta ao Parlamento Europeu.  
*Lequiller*
- Revisão das Partes I e III por uma conferência intergovernamental e a Parte II pelo Conselho Europeu por unanimidade.  
*de Vries e de Bruijn*
- Manter o actual procedimento  
*Hjelm-Wallén + 4 Convencionais, Roche, Tiilikainen + 5 Convencionais, Queiró, Teufel, Wuermeling, Hain, Fini, Heatcoat-Amory, Bonde*
- Substituir por conferência constitucional (1 representante por Estado-Membro; 1 membro da Comissão, 2 membros do Parlamento Europeu) para as alterações da Parte II. Para as outras Partes: Convenção.  
*Kaufmann*
- Aditar a possibilidade de proceder a uma revisão sem Convenção, caso o Conselho Europeu ou o Conselho, por unanimidade, assim determine para introduzir pequenas alterações.  
*Haenel et Badinter, Fischer, Einem*
- Substituir o comum acordo dos Estados-Membros pela unanimidade.  
*Conde de Stockton*
- Participação dos parlamentos nacionais no processo se as alterações incluírem uma revisão das competências.
- Procedimento actual para a Parte I. Conselho por maioria superqualificada ou co-decisão para a Parte II.  
*Kohout*
- Aprovação dos resultados, quer pelo "Congresso", por maioria qualificada, quer por todos os Estados-Membros. Entrada em vigor se 5/6 dos Estados-membros tiverem ratificado as

alterações. O Conselho Europeu delibera sobre a saída dos Estados que não as tenham ratificado.  
*de Villepin*

- Aprovação das alterações por 5/6 dos Estados-Membros após parecer favorável do Parlamento Europeu.  
*Duff + 21 Convencionais*

### **Terceiro parágrafo**

- Entrada em vigor após ratificação, quer pelo "Congresso", por maioria qualificada, quer por 5/6 dos Estados-Membros, cabendo a escolha ao Conselho Europeu. Neste último caso, o Conselho Europeu delibera por unanimidade sobre a entrada em vigor das alterações e sobre a saída dos Estados-Membros que não tenham ratificado. Possibilidade de derrogação neste caso expressamente previsto no Tratado Constitucional.  
*de Villepin*
- Entrada em vigor se  $\frac{3}{4}$  dos parlamentos nacionais o ratificarem.  
*Voggenhuber e outros*
- Entrada em vigor se houver ratificação por parte de 4/5 dos Estados-Membros quando a decisão do Conselho Europeu aprova as alterações por maioria qualificada reforçada.  
*Lamassoure*
- Entrada em vigor após ratificação por todos os Estados-Membros para as Partes I e III. Entrada em vigor após ratificação por 4/5 dos Estados-Membros que representem 4/5 da população da União, para a Parte II.  
*Lequiller*
- Entrada em vigor após aprovação das alterações por 5/6 dos Estados e aprovação do Parlamento Europeu.  
*Duff + 21 Convencionais*
- Aditar possibilidade de referendo se a Constituição nacional o permitir.  
*Borrell e outros, Kirkhope, Lamassoure, Duhamel + 7 Convencionais, Bonde + 4 Convencionais, Einem*
- Substituir ratificação dos Estados-Membros por ratificação pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho legislativo.  
*Severin*
- Aditar necessidade de aprovação pelo Parlamento Europeu antes da entrada em vigor.  
*Meyer*
- Entrada em vigor das alterações constitucionais após terem sido aprovadas pelo Parlamento Europeu e ratificadas por 4/5 dos Estados-Membros.  
*Brok + 27 Convencionais, Giannakou e Stylianidis*

## **Artigo G: Aprovação, ratificação e entrada em vigor do Tratado Constitucional**

1. *O Tratado Constitucional será ratificado pelas Altas Partes Contratantes, de acordo com as respectivas normas constitucionais. Os instrumentos de ratificação serão depositados junto do Governo da República Italiana.*
2. *O Tratado Constitucional entrará em vigor no dia ....., se tiverem sido depositados todos os instrumentos de ratificação ou, na falta desse depósito, no primeiro dia do mês seguinte ao do depósito do instrumento de ratificação do Estado signatário que proceder a esta formalidade em último lugar.*
3. *Se, decorrido um prazo de dois anos a contar da data de assinatura do Tratado Constitucional, quatro quintos dos Estados-Membros o tiverem ratificado e um ou mais Estados-Membros tiverem deparado com dificuldades em proceder a essa ratificação, o Conselho Europeu analisará a questão.*

## **ANÁLISE DAS ALTERAÇÕES**

### **Generalidades**

- Substituir "Tratado Constitucional " por "Constituição".  
*Borrell + 2 Convencionais, Brok + 28 Convencionais*
- Fazer referência ao "presente Tratado Constitucional".  
*Kuneva*
- Substituir "Tratado Constitucional" por "Tratado".  
*Queiró*
- Substituir "Tratado Constitucional" por "Tratado simplificado".  
*Kirkhope*

### **N.º 1**

- Aditar possibilidade de referendo nacional.  
*Kirkhope, Follini, Voggenhuber, Lichtenberger*
- Aditar referendo europeu em Maio/Junho de 2004 sobre o Tratado Constitucional.  
*Duhamel, Heatcoat-Amory, Bonde*
- Aditar parecer favorável prévio do Parlamento Europeu antes da ratificação pelas Altas Partes Contratantes.  
*Borrell + 2 Convencionais*
- Substituir "Altas Partes Contratantes" por "Estados-Membros".  
*Farnleitner + 3 Convencionais*
- Substituir "Altas Partes Contratantes" por "os povos da Europa".  
*Floch*
- Prever depósito dos instrumentos de ratificação junto do Estado-Membro que exercer a Presidência.  
*Queiró*

## N.º 2

- Substituir por um número que preveja a entrada em vigor do Tratado quando este tiver sido ratificado por 4/5 dos Estados signatários que representem 4/5 da população total. O Tratado Constitucional só se aplicará aos Estados que o tenham ratificado.  
*Lamassoure*
- Substituir por um número que preveja a entrada em vigor quando a Constituição tiver sido ratificada por 4/5 dos Estados-Membros. Os Estados-Membros que não a tenham ratificado deverão decidir, no prazo de um ano a contar da data da entrada em vigor da Constituição, se permanecem como membros da União com base na Constituição ou se saem da União.  
*Brok + 28 Convencionais*
- Substituir por um número que preveja a entrada em vigor, após parecer favorável do Parlamento Europeu, quando 5/6 dos Estados-Membros tiverem ratificado as alterações.  
*Duff + 21 Convencionais*
- Aditar que, para que o Tratado entre em vigor, é necessário que todos os Estados-Membros existentes tenham depositado os instrumentos de ratificação.  
*Heatcoat-Amory*

## N.º 3

- Suprimir.  
*Santer + 3 Convencionais, Andriukaitis, Haenel e Badinter, Farnleitner + 3 Convencionais, Queiró, Brok + 28 Convencionais, Teufel, Follini, de Vries e de Bruijn, Svensson, Kaufman, Einem* (propõem que passe a ser uma declaração política).
- Aditar que o Conselho Europeu delibera por unanimidade.  
*Kirkhope, Conde de Stockton*
- Substituir por um novo número que preveja que, em caso de ratificação por 4/5 dos Estados-Membros, a constituição entrará em vigor para estes, caso haja uma decisão prévia do Conselho nesse sentido, após parecer favorável do Parlamento Europeu. Nesse caso, serão negociados os Tratados correspondentes com os Estados que não tenham ratificado a Constituição.  
*Borrell + 2 Convencionais*
- Substituir por negociação de um acordo de parceria privilegiada com os Estados signatários que não tenham ratificado o Tratado Constitucional.  
*Lamassoure*
- Aditar que é necessário que a solução apresentada pelo Conselho Europeu conte com o apoio de todos os Estados-Membros e dos parlamentos nacionais.  
*Bonde + 4 Convencionais*
- Substituir o prazo de dois anos por um prazo de um ano e meio. Aditar que é necessário um relatório da Comissão e do Parlamento Europeu ao Conselho Europeu, para que este último possa analisar a questão com pleno conhecimento de causa.  
*Timmermans + 3 Convencionais*
- Substituir por um parágrafo que preveja que, em caso de não ratificação por um Estado-Membro, o Conselho Europeu, sob proposta da Comissão e após parecer do Parlamento



Europeu, encetará negociações com esse Estado-Membro para estabelecer um estatuto de membro associado da União.

*Duff + 21 Convencionais*

- Aditar que é necessário que os 4/5 dos Estados-Membros representem pelo menos 4/5 da população da União. Substituir "tiverem deparado com dificuldades em proceder a essa ratificação" por "não tiverem ratificado".

*Fini*

- Substituir por um parágrafo que preveja a entrada em vigor se 4/5 tiverem ratificado.

*Einem*

## **Artigo H: Período de vigência**

***O Tratado Constitucional tem vigência ilimitada.***

## **ANÁLISE DAS ALTERAÇÕES**

- Convocação automática de uma Convenção de revisão num prazo de dez anos, excepto se essa Convenção já tiver sido convocada anteriormente.  
*Kirkhope, Conde de Stockton*
- Substituir "Tratado Constitucional" por "Tratado simplificado"  
*Kirkhope*
- Suprimir a palavra "Constitucional"  
*Queiró*

## **Artigo I: Línguas**<sup>2</sup>

*O Tratado Constitucional, redigido num único exemplar, nas línguas alemã, dinamarquesa, espanhola, finlandesa, francesa, grega, inglesa, irlandesa, italiana, neerlandesa, portuguesa, sueca*

*e ..., fazendo fé qualquer dos textos, será depositado nos arquivos do Governo da República Italiana, o qual remeterá uma cópia autenticada a cada um dos governos dos outros Estados signatários.*

## **ANÁLISE DAS ALTERAÇÕES**

- Aditar e enumerar neste artigo todas as línguas regionais.  
*Heatcoat-Amory*
- Prever o inglês como única língua original.  
*Conde de Stockton*
- Substituir o Governo da República Italiana pelo Governo do Estado-Membro que exercer a Presidência.  
*Queiró*
- Aditar línguas previstas nos tratados de adesão.  
*Fischer*
- Substituir "Tratado Constitucional" por "Tratado simplificado".  
*Kirkhope*

---

<sup>2</sup> Este artigo deverá ser adaptado em conformidade com o Acto de Adesão.

## **LISTA DAS ALTERAÇÕES AO ARTIGO A**

1. KIRKHOPE
2. HAENEL + BADINTER
3. FARNLEITNER + 3 CONVENCIONAIS
4. CONDE DE STOCKTON
5. BONDE + 4 CONVENCIONAIS
6. QUEIRÓ
7. TIILIKAINEN
8. SCHLUTER
9. FISCHER
10. HAIN
11. HUBNER
12. KAUFMANN

## **LISTA DAS ALTERAÇÕES AO ARTIGO B**

1. KIRKHOPE
2. HEATCOAT-AMORY
3. DUHAMEL + PACIOTTI
4. HAENEL + BADINTER
5. FARNLEITNER + 3 CONVENCIONAIS
6. DEMIRALP
7. BONDE + 4 CONVENCIONAIS
8. KOHOUT
9. FIGEL
10. CONDE DE STOCKTON
11. QUEIRO
12. TIILIKAINEN
13. LOPES
14. HAIN
15. De VRIES
16. KAUFMANN

## **LISTA DAS ALTERAÇÕES AO ARTIGO C**

1. KIRKHOPE
2. PIETERS
3. ANDRIUKAITIS
4. HAENEL
5. CONDE DE STOCKTON
6. BONDE + 4 CONVENCIONAIS
7. QUEIRÓ
8. TIILIKAINEN + 4 CONVENCIONAIS
9. LOPES + LOBO ANTUNES
10. FISCHER
11. HAIN
12. De VRIES
13. De VILLEPIN

## **LISTA DAS ALTERAÇÕES AO ARTIGO D**

1. KIRKHOPE
2. HAENEL + BADINTER
3. CONDE DE STOCKTON
4. BONDE + 4 CONVENCIONAIS
5. DUFF+ 22 CONVENCIONAIS
6. FISCHER
7. KOHOUT
8. HÜBNER
9. De VRIES + de BRUIJN

## **LISTA DAS ALTERAÇÕES AO ARTIGO E**

1. HEATCOAT-AMORY + BONDE
2. DUHAMEL + 2 CONVENCIONAIS
3. HAENEL + BADINTER
4. CONDE DE STOCKTON
5. BONDE + 4 CONVENCIONAIS
6. VAN DER LINDEN + 2 CONVENCIONAIS
7. TIILIKAINEN + 5 CONVENCIONAIS
8. ROCHE
9. FISCHER
10. HÜBNER



## **LISTA DAS ALTERAÇÕES AO ARTIGO F**

1. KIRKHOPE
2. SEVERIN
3. VOGGENHUBER + 3 CONVENCIONAIS
4. BORRELL + 2 CONVENCIONAIS
5. LAMASSOURE
6. HEATCOAT-AMORY
7. WUERMELING
8. KAUPPI
9. ANDRIUKAITIS
10. KUNEVA
11. BREJC
12. SANTER + 4 CONVENCIONAIS
13. ZIELENIC
14. LEQUILLER
15. DUHAMEL + 7 CONVENCIONAIS
16. MEYER
17. EINEM
18. HAENEL
19. FARNEITNER + 3 CONVENCIONAIS
20. DEMIRALP
21. FIGEL
22. CONDE DE STOCKTON
23. BONDE + 4 CONVENCIONAIS
24. VAN DER LINDEN + 3 CONVENCIONAIS
25. QUEIRÓ

26. TIILIKAINEN + 4 CONVENCIONAIS
27. BROK + 27 CONVENCIONAIS
28. GIANNAKOU + STYLIANIDIS
29. FOLLINI
30. DUFF + 21 CONVENCIONAIS
31. ROCHE
32. COSTA + D'OLIVEIRA MARTINS
33. AZEVEDO + NAZARÉ PEREIRA
34. FISCHER
35. KOHOUT
36. VAN LANCKER
37. HJELM-WALLEM + 4 CONVENCIONAIS
38. HAIN
39. FINI
40. RUPEL + LENARCIC
41. OLESKY
42. FLOCH
43. De VRIES + de BRUIJN
44. KAUFMANN
45. TEUFEL
46. De VILLEPIN

## **LISTA DAS ALTERAÇÕES AO ARTIGO G**

1. KIRKHOPE
2. DUHAMEL
3. BORRELL + 2 CONVENCIONAIS
4. LAMASSOURE
5. KUNEVA
6. SANTER + 3 CONVENCIONAIS
7. ANDRIUKAITIS
8. EINEM
9. HAENEL + BADINTER
10. FARNLEITER + 3 CONVENCIONAIS
11. CONDE DE STOCKTON
12. BONDE + 4 CONVENCIONAIS
13. TIMMERMANS + 3 CONVENCIONAIS
14. QUEIRÓ
15. BROK + 28 CONVENCIONAIS
16. FOLLINI
17. DUFF + 20 CONVENCIONAIS
18. FISCHER
19. HUBNER
20. FINI
21. FLOCH
22. De VRIES + de BRIJN
23. SVENSSON
24. HEATCOAT – AMORY + BONDE
25. VOGGENHUBER

26. KAUFMANN

27. TEUFFEL

## **LISTA DAS ALTERAÇÕES AO ARTIGO H**

1. KIRKHOPE
2. HAENEL
3. CONDE DE STOCKTON
4. BONDE + 4 CONVENCIONAIS
5. FISCHER
6. QUEIRÓ

## **LISTA DAS ALTERAÇÕES AO ARTIGO I**

1. KIRKHOPE
2. HEATCOAT – AMORY
3. HAENEL
4. PIETERS
5. CONDE DE STOCKTON
6. BONDE + 4 CONVENCIONAIS
7. QUEIRÓ
8. FISCHER